ISSN: 2358-8829

DEBATENDO SOBRE A RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS FRENTE A PEC DOS RIOS: IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

Júlia Cristina Cardoso Melo[1]
Carlos Felipe da Silva Melo[2]

RESUMO

O presente trabalho visa debater com os alunos do ensino médio a relevância da cultura dos povos originários e os desafios da contemporaneidade, reforçando a lei nº 11.645/2008 estabelece o estudo obrigatório da história e cultura indígena nas escolas públicas e privadas do Brasil. Nesse contexto, debater sobre o Decreto 12.600/2025 que dispõem sobre a inclusão de empreendimentos públicos federais do setor hidroviário no Programa Nacional de Desestatização (PND) - denominada como a PEC da privatização dos rios, torna-se válido, tendo em vista o objetivo de compreender a resistência dos povos originários frente ao processo de concessão dos rios Madeira, Tapajós e Tocantins, bem como destacar os impactos sociais, econômicos e ambientais que envolve a dinâmica dos rios da Amazônia considerando o modus vivendi dos povos originários. A pesquisa objetiva desenvolver a aprendizagem baseada em projeto (ABP) com alunos do ensino médio; compreendendo a proposta do Decreto 12.600/2025 (PEC dos rios) e a reinvindicação dos povos Mundurukus e outros que habitam a região; analisando os possíveis impactos sociais, econômicos e ambientais em detrimento da concessão dos rios; pesquisando o desfecho da privatização dos rios desde a publicação do decreto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de aprendizagem baseada em projeto no campo da inclusão, direitos humanos e interculturalidade, incluindo conhecimentos de história e outras disciplinas. Como resultado aos movimentos indígenas e a mobilização social houve a revogação do decreto federal que recuou da concessão dos rios, com a pesquisa os alunos puderam compreender o quanto os povos originários são defensores dos recursos naturais e estão em constante ameaça, a privatização das hidrovias acarretaria diversos impactos no modus vivendi: impactos sociais como a restrição de trechos do rio, conflitos territoriais; econômicos como a ameaça a pesca, elevação do preço dos produtos; degradação ambiental com a dragagem, poluição, erosão e assoreamento do rio.

Palavras-chave: Decreto 12.600/2025, Impactos econômicos e ambientais, PEC da privatização dos rios, Programa Nacional de Desestatização (PND), Resistência indígena.

[1] Especialista em Metodologia de Ensino de História pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, juliacrismelo7@gmail.com;
[2] Especialista em Mudanças Climáticas pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, carlos.felipe.edu20@gmail.com;